

Por que Lemgruber não quer pedir já dinheiro novo aos credores

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O presidente do Banco Central, Antônio Carlos Lemgruber, não considera correta a tentativa de montar desde já um mecanismo de captação de dinheiro novo — "new money" — no acordo plurianual para pagamento da dívida externa brasileira, relativo à Fase III, por dois motivos fundamentais: "Não parece justo elevar ainda mais a dívida do País para as gerações futuras, quando se sabe que ela passou da cifra de US\$ 10 bilhões, doze anos atrás, para o nível de US\$ 100 bilhões. Além disso, qualquer processo de renegociação tem de levar em conta a importância da manutenção das linhas de curto prazo que, na verdade, funcionam como capital de giro do País".

Estas linhas, englobando o valor de US\$ 16 bilhões — dos quais US\$ 5,4 bilhões de financiamentos no interbancário e os restantes US\$ 10,6 bilhões em créditos de

comercialização —, estão sendo roladas a cada noventa dias, à espera de que seja formalmente fechado o contrato de reescalonamento da dívida com o comitê assessor, composto pelos bancos privados internacionais.

Lemgruber teme uma interrupção no fluxo destas linhas de curto prazo. Uma atitude indesejável dos credores em deixar de cobrir as posições no interbancário das agências de bancos brasileiros no exterior ou

de interromper o crédito à comercialização levaria, sem dúvida alguma, "o País a uma situação caótica, com o esgotamento das nossas reservas internacionais".

É justamente isto que o presidente do Banco Central quer evitar, quando diz que "o importante é sermos realistas e endurecer onde podemos". Ele confirmou a este jornal a intenção de o governo brasileiro manter o prazo de três anos, que já estava embuti-

do na proposta da administração anterior, para a manutenção daquelas linhas de curto prazo, entre 1985 e 1988.

O Banco Central elaborou uma série de exercícios, com cenários alternativos, e a partir deles montou uma evolução para o balanço de pagamentos do País, que Lemgruber considera perfeitamente compatível com o projeto de renegociação da dívida externa, pelo qual as amortizações com vencimentos até 1991 — US\$ 45,3 bilhões de dívida contraída com bancos comerciais e US\$ 5,8 bilhões de empréstimos tomados com aval de governos — serão reescaloadas por dezesseis anos. O pacote prevê ainda o desembolso de US\$ 55 bilhões no período de sete anos da fase de consolidação, que será mantido como compromisso pelo atual governo, embora sujeito a cláusulas que permitam a abertura das discussões dos termos de contrato, sempre que se verificar constrangimento nas contas externas do País, por efeito de fatores externos adversos.

Neste aspecto, o nível das reservas externas funcionará como termômetro e o governo, conforme matéria publicada por este jornal na edição de sexta-feira passada, tem uma indicação do nível abaixo do qual seria acionado o "sinal vermelho": uma perda de US\$ 1 bilhão, sobre o patamar de US\$ 8 bilhões, já seria preocupante, no entender do presidente do Banco Central.

Ele deverá viajar para os Estados Unidos na próxima semana — depende ainda da confirmação —, dentro da programação de contatos periódicos que procura manter com a comunidade bancueira internacional. A retomada formal do processo de renegociação, no entanto, está na dependência de um acerto conclusivo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).